

POBRE MÉXICO, POBRE BRASIL.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 26.7.1989

No último domingo, a Folha de S. Paulo trouxe como manchete de sua primeira página uma notícia: "País fica de fora da redução da dívida". É uma notícia correta, de fato o Brasil não está incluído entre os países "beneficiados" com o Plano Brady, mas é uma notícia profundamente enganosa. Meu caro amigo Octávio Frias Filho sabe bem que as notícias têm um sentido dependendo do contexto. Colocada como manchete na primeira página do jornal, a imensa maioria dos leitores entender que estamos ficando de fora de algo muito bom, quando isto simplesmente não corresponde aos fatos.

Por outro lado, alguns dias antes a Gazeta Mercantil dava também em manchete uma notícia sobre o mesmo tema, aparentemente favorável México - "México obterá 35 por cento de redução em sua dívida externa" -, mas que está muito longe de corresponder aos fatos. Juntando as duas notícias o leitor desavisado ficaria ainda mais contristado com a situação do Brasil: "enquanto o México, que fez seu ajuste fiscal, obtém 35 por cento de desconto na dívida externa, o Brasil nada consegue".

A Gazeta Mercantil está errada porque o México não terá o desconto (aliás, insuficiente) de 35 por cento em sua dívida de longo prazo para com os bancos privados. Dado o caráter "voluntário" da participação dos bancos nesses esquemas de redução da dívida, caso o governo mexicano renda-se assinando o acordo que lhe propõem, obterá um desconto provavelmente em torno de 10 por cento.

O acordo que está sendo proposto aos bancos dá quatro alternativas aos bancos para seus créditos de longo prazo: (1) desconto de 35 por cento no principal, (2) desconto temporário de 35 por cento nos juros, (3) financiamento parcial dos juros ("dinheiro novo") e (4) capitalização parcial dos juros. O esperado é que a opção pela primeira alternativa limite-se a cerca de 5 por cento, distribuindo-se mais ou menos igualmente as três outras. O resultado será um miserável desconto de 10 por cento. Pobre México! A inflação e o déficit público estão sob controle naquele país, mas a economia continua estagnada, a taxa de câmbio valoriza-se perigosamente, os preços públicos vão ficando desatualizados e ameaçam o equilíbrio orçamentário. Se o governo e as elites dirigentes mexicanas não tiverem agora a coragem de dizer um

grande "não" às propostas que os bancos estão lhe fazendo com a benção de seus respectivos governos, um futuro pouco brilhante os espera.

Em qualquer hipótese está claro que o Brasil pouco perde por não estar incluído nas negociações do Plano Brady. Negociações desse tipo, em que o país devedor não usa seu único poder de barganha - a suspensão dos pagamentos dos juros - e se dispõe a negociar com um sólido cartel de credores, não interessam em absoluto ao Brasil. Não têm a menor possibilidade de atender o interesse nacional do Brasil como não estão atendendo o interesse nacional do México.